

ACTA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA.

ANGRA DO HEROÍSMO, 11 DE OUTUBRO DE 2010

Aos onze dias do mês de Outubro de dois mil e dez pelas quinze horas e doze minutos, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, a reunião da sessão ordinária do Conselho de Ilha da Terceira.

O Sr. Presidente da Mesa António Maio após saudar os conselheiros presentes, deu conta do único ponto da ordem dos trabalhos:

- **A apreciação da Anteproposta do Plano Regional Anual para 2011**, visando a emissão do respectivo Parecer a ser entregue à DREPA (Direção Regional de Estudos e Planeamento) dentro do prazo limite até 18 de Outubro.

Relembrou também aos Srs. Conselheiros o período de Antes da Ordem do Dia referido na alínea b) do artigo 10º do Regimento do Conselho de Ilha, com a duração de uma hora para a apreciação e votação das actas, leitura resumida do expediente, prestação de informações ou esclarecimentos e tratar de assuntos de interesse para a ilha.

A Sra. Conselheira Rita Branco procedeu à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

- **António Gabriel Fraga Martins Maio** (*Presidente do Conselho de ilha da Terceira e Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*).
- **Ricardo Manuel Rodrigues de Barros** (*Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*).
- **Andreia Martins Cardoso da Costa** (*Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*).
- **Francisco Cardoso Pereira de Oliveira** (*Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*).
- **António Henrique Toledo Alves** (*Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*).
- **Guilherme Ferreira de Melo** (*Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*).
- **João Sanchez dos Santos** (*Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*).
- **Ana Rita Meneses Branco** (*Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*).
- **Rui Fernandes Nobre de Castro** (*Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*).
- **Verónica Dalila Moules Bettencourt** (*Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*).
- **Sandro Rebelo Paim** (*Representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo*).
- **Carlos Valadão Santos** (*Representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo*).
- **Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Menezes** (*Representante das Associações Agrícolas – Fruter*).

- **Paulo Manuel Simões Ferreira** (*Representante das Associações Agrícolas – AAIT*).
- **José Manuel Ferreira Pimentel Dias** (*Representante dos Sindicatos – UGT*).
- **Víctor Nelson Garcia da Silva** (*Representante dos Sindicatos – CGTP*).

Os Srs. Deputados:

- **Berto Messias** (*Partido Socialista*).
- **Carla Bretão** (*Partido Social Democrata*).
- **Clélio Meneses** (*Partido Social Democrata*).

O Sr. Presidente da Mesa António Maio deu conta de um telefonema do Sr. Roberto Monteiro informando que não poderia estar presente na reunião devido a um imprevisto de última hora.

Informou ainda que os Srs. conselheiros teriam permissão para proporem alterações às actas nos textos referentes às suas intervenções, já que a construção fraseológica nem sempre reflecte o que fora dito ou se pretendia dizer.

Destacando a colaboração de ambas as autarquias na elaboração das referidas actas, salientou que a acta em epígrafe estava resumida, não sendo aconselhável um modelo de redacção muito longo.

Posta à votação, **a acta da reunião do Conselho de Ilha de 28 de Maio de 2010 foi aprovada** com 16 votos a favor e 3 abstenções. (*)

O Sr. Presidente da Mesa António Maio continuou: «Não tenho nenhuma informação para vos dar relativa a este período bastante longo, em que este conselho não recebeu qualquer notificação escrita ou verbal, nem foi interpelado para se pronunciar sobre qualquer assunto. Falámos com mais ou menos formalismo, com alguma entidades, mas verificou-se alguma apatia em termos de trabalho desenvolvido pela Mesa nestes últimos 4 meses, apesar de esta se mostrar atenta à evolução de situações referentes à ilha.

Na nossa reunião da Praia da Vitória, decidámos solicitar uma audiência ao Sr. presidente da SATA, ao Sr. Secretário Regional da Economia e ao Sr. presidente do Governo Regional. Tenho em minha posse os e-mails com as datas precisas, comprovando que tudo isso foi feito em devido tempo, ainda no rescaldo da referida reunião.

No dia 31 de Maio solicitámos uma audiência ao Sr. Secretário Regional da Economia que ainda não se realizou. No dia 21 de Junho, foi também pedida uma reunião com o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, prevista para Novembro ou Dezembro, ficando o encontro com o Sr. presidente da SATA, dependente de uma reunião prévia com o Sr. Secretário da Economia.

Eram estas as nossas preocupações de acordo com o mandato recebido da assembleia, que não se concretizaram devido a questões de agendamento. Compreendemos as agendas dos políticos, especialmente em período de férias, mas sem o feedback dos responsáveis governamentais, a Mesa viu um pouco limitadas as suas acções e iniciativas durante este período.

Relembrando alguns assuntos pendentes da última reunião, parece-me que o problema da SATA ficou parcialmente resolvido já que, segundo consta, a capacidade de carga destes novos aparelhos é substancialmente superior e pelo que me foi dito por funcionários e colaboradores da empresa, este Verão não houve problemas relativamente a essa situação, exceptuando um ou outro caso pontual.

Levantara-se aqui o assunto sobre ligações semanais entre a ilha Terceira e as comunidades emigrantes, que se mantém em aberto enquanto não se realizar a reunião com o secretário da tutela e o presidente da SATA.

Teremos ainda a oportunidade de falar sobre o hospital da Boa Nova e o Parque de Exposições da ilha Terceira, que já iniciou a sua primeira fase.

No período da Ordem do Dia da última reunião, abordámos a análise da política local de emprego e alguns factores determinantes para a competitividade das empresas, nomeadamente o preço da energia, o mercado exíguo, a escassez de recursos, transportes, legislação laboral, a fraca cultura de trabalho, o crédito, etc., situações ligadas à economia e emprego da ilha.

Falámos ainda das estruturas portuárias e aeroportuárias da ilha Terceira e da necessidade urgente de um estudo sobre a plataforma logística no porto da Praia da Vitória no sentido de se verificar se contribuiria para a redução de custos e aumento do transporte de mercadorias para as outras ilhas.

Também nos referimos ao cais de cruzeiros e embora o Conselho se tenha pronunciado favorável à sua localização em Angra do Heroísmo, aguardava-se o anunciado estudo sobre a viabilidade daquela estrutura. Até ao momento, nada de novo chegou ao nosso conhecimento.

Finalmente, falou-se sobre a obra do armazém de carga no aeroporto das Lajes que, segundo creio, tem contemplado o respectivo orçamento no Plano para 2011.»

Não se registaram inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- **Apreciação da Anteproposta do Plano Regional Anual para 2011 com vista à emissão de Parecer do Conselho de Ilha sobre a mesma.**

O Sr. Presidente da Mesa António Maio: «Temos como objectivo, a discussão do Plano, sobretudo no que à Ilha Terceira diz respeito e devemos sair daqui com um Parecer emitido, votado e, se possível, aprovado por unanimidade, como sempre temos conseguido.»

O Sr. conselheiro Berto Messias: «Relativamente à análise do Conselho de Ilha ao Plano Regional Anual para 2011, entendo que a minha intervenção poderá dar um contributo importante para a posição deste Conselho, apresentando a nossa perspectiva sobre as prioridades para a ilha Terceira e para os Açores em geral.

Quanto ao documento que nos é apresentado como anteproposta, gostaria de destacar o que nos parece um princípio positivo: apesar de nos encontrarmos num enquadramento económico e social com alguns constrangimentos e algumas indefinições referentes à aprovação do Orçamento Geral do Estado na Assembleia da República com impactos importantes no investimento público nos Açores, é de registar o aumento do investimento

público na ilha Terceira, de 153 milhões de euros em 2010, para 158,5 milhões em 2011, colocando-nos numa percentagem um pouco acima dos 20% em relação ao todo regional.

Outra questão que me parece importante, independentemente da força político-partidária governante, é o princípio de se assumir os compromissos eleitorais. Neste caso, o Partido Socialista e noutros, outro partido no âmbito da governação.

O que tem sido plasmado nos sucessivos Planos corresponde às principais promessas e compromissos assumidos aquando do acto eleitoral e esse é um princípio que devemos prezar e defender, independentemente da matriz ideológica e do partido de cada um.

Relativamente aos programas, projectos e acções e à sua desagregação, julgo estarmos em presença de um lote de investimentos e prioridades públicas que materializam a importante opção política de se investir em infra-estruturas, dinamizar a economia e apostar na protecção social, independentemente dos constrangimentos externos insuflados pela crise externa que atravessamos.

Quanto às infra-estruturas plasmadas no Plano para 2011 e outras que terão o respectivo andamento e conclusão, destaco o Centro de Formação do Belo Jardim, uma obra em parceria com a Direcção Regional do Corpo Nacional de Escutas, a continuação da Biblioteca Municipal de Angra do Heroísmo com uma dotação de perto de 7 milhões de euros e a dotação orçamental para o antigo hospital da Boa Nova.

Refiro também uma outra estrutura muito importante, a escola Ferreira Drumond, a ampliação da escola básica e integrada de Angra do Heroísmo, as obras do novo quartel dos bombeiros a decorrerem em bom ritmo após alguns constrangimentos iniciais relativos a concursos e consórcios e destaco ainda uma verba considerável para a beneficiação e pavimentação de estradas regionais na ilha Terceira.

Está também consagrada neste Plano, a construção do Cais de Cruzeiros de Angra do Heroísmo que tanta polémica tem suscitado na sociedade terceirense e a disponibilização de uma verba considerável para a requalificação do Porto da Praia, englobando a reestruturação da oficina, construção do armazém e portaria e instalação de uma rede de incêndios que cumpra as recomendações comunitárias no âmbito da segurança portuária.

Outro investimento que nos parece importante, é a segunda fase do Plano de Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo com uma dotação de 500 mil euros para requalificação da marginal, passeio marítimo, Clube Náutico e arranjo paisagístico da Porta de Prata que necessita de uma intervenção urgente, podendo tornar-se num prolongamento daquela zona nobre de Angra e assim, revitalizar aquela área da cidade.

É importante destacar ainda um investimento considerável de aproximadamente 3 milhões de euros no âmbito da aerogare civil das Lajes em dois eixos: a ampliação e reordenamento do parque de estacionamento e a construção do terminal de cargas, obra ansiada e necessária para a ilha Terceira, destinada ao escoamento e recepção de mercadorias por parte dos nossos empresários.

Lembro que a infra-estrutura do Lar D. Pedro V decorre a bom ritmo, enquanto o Lar de idosos de S. Brás abrange uma parte importante do concelho da Praia da Vitória, Ramo Grande, Lajes, Agualva e Fontinhas.

Destaco também as verbas no âmbito dos protocolos dos Açores com o IHRU (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana) em cooperação com as autarquias, para a recuperação

de habitação degradada e resolução de problemas habitacionais e uma outra verba de quase 5 milhões de euros destinada à requalificação do bairro habitacional da Terra Chã, uma reivindicação antiga com alguns constrangimentos ao longo dos tempos.

Falo-vos ainda do Laboratório Regional de Veterinária que, cumprindo todas as normas e recomendações internacionais, nos destacará a nível nacional e internacional e falo também do avanço da obra do Parque de Exposições que dignificará a Feira Agrícola.

Resultando de uma parceria público/privada sem qualquer impacto neste Plano, saliento também o novo hospital da ilha Terceira, com as obras a avançarem a bom ritmo.

Tratando-se de um pacote de infra-estruturas com impacto reprodutivo na sociedade terceirense e tendo em conta a crise que já referi, é importante que cada cêntimo seja bem gasto e o poder político dê garantias de extrema responsabilidade no adequado investimento dos dinheiros públicos.

Numa análise à desagregação espacial e comparando com o Plano de 2010, destaco um dos nossos maiores desafios, a importância das verbas afectas ao emprego e formação profissional com impacto directo na ilha Terceira e não no todo regional, no valor de pouco mais de 22 milhões de euros e ainda a consagração neste Plano, de mais de 8 milhões de euros para a defesa e valorização do património arquitectónico e cultural da ilha Terceira com uma cidade património mundial possuidora de um centro histórico urbano de grande valor turístico.

Outro factor que nos parece importante é o aumento da competitividade nos sectores agrícola e florestal. No tocante à melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas, tínhamos 21 milhões de euros em 2010 e passámos para 23 milhões em 2011, no eixo da modernização de explorações agrícolas e florestais passámos de 9 milhões em 2010, para 13 milhões em 2011 e no respeitante ao aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais, passámos de 5 milhões em 2010 para 9,5 milhões em 2011.

Como o investimento público não se resume às infra-estruturas e ao que é visível, saliento a consagração de uma dotação orçamental considerável de 10 milhões de euros para a Terceira, destinados ao desenvolvimento nos sectores de promoção, oferta e animação turística e investimentos estratégicos.

Quanto a mim, existem duas áreas de crucial importância: por um lado o emprego e formação pessoal e por outro, o crescimento nos apoios ao fomento da competitividade passando de 10,5 milhões de euros em 2010 para quase 13 milhões em 2011, com principal destaque para os sistemas de incentivo, com cerca de 10 milhões de euros e o apoio à actividade empresarial no valor de 3 milhões de euros.

Tendo em conta o panorama actual, o PEC 3 (Programa de Estabilidade e Crescimento) que entrará em vigor após a aprovação do Orçamento de Estado e os constrangimentos externos causadores de alguma retracção no consumo e nas dinâmicas económicas, julgo que, nestas alturas, o poder político tem que se chegar à frente, dar o peito às balas, não recuar no investimento público promotor de emprego, competitividade e dinâmica económica e não descorar a protecção social necessária.

Este Plano parece-nos positivo porque acautela diversas questões importantes.»

O Sr. conselheiro Sandro Paim: «Como sabem, a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores entrega um Parecer específico e transversal a todas as ilhas. Já tivemos uma

primeira auscultação e tendo em conta que no contexto actual, não sejam possíveis crescimentos significativos ao nível da despesa pública, deve ser dado enfoque à utilização desse investimento que deve ter um papel relevante para a actividade económica regional.

A despesa pública deve ser direccionada para investimentos reprodutivos, privilegiando-se e reforçando-se apoios a actividades que tenham capacidade exportadora ou substituição de importações.

Em termos de apresentação nessa auscultação, gostaria de realçar alguns pontos:

- Alteração do quadro legislativo e regulamentar dos sistemas de incentivos de investimento que deverá contemplar mais intensidade nos apoios.
- Mais facilidade no acesso.
- Melhoria nas condições de acesso ao financiamento por parte das empresas através da reformulação de mecanismos existentes e criação de outros.
- Racionalização pela coordenação de medidas de promoção de bens e serviços regionais.
- A desagregação de rubricas do Plano para permitir uma análise mais clara da orientação das despesas de investimento.
- Discriminação positiva para as empresas regionais nos fornecimentos de bens e serviços.
- Consolidação da aposta no turismo como vector estratégico de desenvolvimento regional.
- Reforço efectivo de apoios à formação profissional de activos e continuação daqueles direccionados para a formação de jovens, tendo em consideração o seu carácter estratégico e transversal, indispensável para a melhoria da competitividade da nossa economia.
- Redução de alguns factores de produção.
- Desenvolvimento de uma política de transportes aéreos crescentemente concorrencial, tendo presente a necessidade de crescimento do turismo e faseamento do investimento público para se garantir uma actividade estável e planeada que defenda o tecido empresarial regional.

Referimos sempre que, neste conselho, seria importante analisar a execução do Plano. Mais uma vez estamos aqui a analisar as diferenças do Plano de 2010 face ao de 2011, mas em termos de execução do Plano, continuamos sem saber se tudo o que foi afecto à ilha Terceira em 2010, foi executado ou reprogramado.

Em termos de investimentos específicos na ilha, importa reflectir e discutir hoje tudo o que diga respeito à mobilidade competitiva, transporte de passageiros e cargas e mobilidade de informação, pouco abordada neste Plano, à vertente exportação/importação, aumento da exportação/diminuição da importação, aprofundar a logística numa vertente de transporte de mercadorias e na globalidade da competitividade da economia, diminuição dos custos de produção, referência específica ao crescente problema da economia paralela, qualificação e políticas de emprego, turismo, a vertente de crescimento e competitividade da economia e salvaguarda das empresas regionais com a requalificação urbana. Achamos que este aspecto específico deveria ser abordado de forma pragmática para que essa requalificação não permita que continuem a existir no Plano, verbas para os custos controlados, já aqui discutidas anteriormente.»

O Sr. Conselheiro Clélio Meneses: «Obviamente todos sentem, nem que seja pelo acompanhamento da vida pública nacional e regional, que vivemos tempos difíceis. Vive-se uma crise económica, financeira, social, política e os cidadãos acreditam cada vez menos em quem os representa e tem responsabilidades políticas. Qualquer um de nós, minimamente atento e com sentido de preocupação sobre a sua participação cívica, consegue esse diagnóstico.

Quanto mais o tempo avança, mais se nota o fosso entre o mundo do que é dito, do que parece, da propaganda e do que é prometido e o mundo real. Há o mundo dos políticos e o mundo das pessoas. Fico preocupado porque tenho responsabilidades políticas e tento atenuar esse fosso para que, o que partilho na vida pública, se repercuta no sentimento das pessoas.

Em relação a este documento, não posso embarcar no discurso do que é dito, prometido, do que parece, da propaganda e do papel de embrulho. Não ficaria bem com a minha consciência se não denunciasse o que me parece a acentuação desse fosso, a falta de credibilidade destes documentos, do discurso da ilusão, da propaganda e das promessas, do discurso do que é dito e do que é feito.

Passarei a fundamentar: um dos aspectos que aqui é referido, *“congratulo-nos com o maior orçamento de sempre...”*. *“Aumentou o orçamento previsto...”*. Estamos cansados de ouvir isso. O que é importante? O que está previsto, o que é dito e está no papel ou o que é feito? A propaganda ou o impacto que isso tem na vida das pessoas? Em 2007 houve uma boa taxa de execução em termos regionais, mas na ilha Terceira apenas se concretizou 66% do que fora prometido. Essa taxa de execução baixou para 59% em 2008, reduzindo para 57% em 2009.

Ultimamente tem-se dito neste Conselho de ilha e nos fóruns político-partidários que se aumentou o investimento na Terceira quando, na realidade, o impacto tem diminuído em termos de investimento. São os números que o dizem. Isto é motivo de congratulação? Eu poderia fazer o que alguns fazem e referir os anos que dão jeito, mas destaquei os últimos 3. Aumenta a promessa, a dotação, apregoam-se os maiores investimentos de sempre e baixa-se a execução. Cada vez se promete mais e se faz menos e o povo acredita cada vez menos.

Também se diz que estes investimentos previstos terão um impacto directo no desenvolvimento da Terceira. Estamos cansados de ouvir isso. Estando previstos desde 2001, tiveram impacto negativo porque não foram concretizados. Branco é, galinha o põe. Todos os anos vemos um conjunto de obras incluídas nos vários Planos, levam sete ou oito anos de atraso, o gráfico sobe e desce, reflectindo um impacto directo negativo no desenvolvimento da ilha Terceira.

Faz-se crer que estamos a dar um Parecer favorável a investimentos para a Terceira. Não é verdade. Mais uma vez, o que parece, não é porque grande parte dos investimentos supostamente, pretensamente ou mascaradamente públicos, não são feitos por este Plano ou pelo governo regional, mas por empresas.

Este modelo de governação levou o país ao estado em que se encontra. Vão-se criando mais e mais empresas e depois não admira que apareçam na revista “Sábado”, os salários dos administradores das empresas com o ónus que representam para o descalabro das finanças públicas. Nos Açores passa-se o mesmo. Mais empresas públicas, mais institutos

como a Saudaçor e outras, que vão fazendo o que deveria ser feito pela entidade pública mas sem a devida fiscalização aplicada às câmaras municipais e governos regionais. Essa empresarialização da vida pública é enganosa e assim vamos cavando o fosso entre as responsabilidades públicas e a sua efectiva concretização.

Quanto ao modelo subjacente a este documento, farei referência a dois aspectos que me parecem fundamentais: há um modelo de concentração nas escolas reduzindo a vida nas pequenas comunidades. É legítimo para quem o defende mas eu sou contra.

Quanto à cansativa história da concentração da SATA, muitos vão dizendo à boca pequena que não faz sentido e por outro lado vão tentando justificar, mas os argumentos técnicos e a natureza têm demonstrado a absoluta falta de razão nessa concentração. Milhares de açorianos pronunciaram-se e fizeram chegar ao parlamento dos Açores, a sua contestação sobre esse assunto.

Discordo deste modelo de concentração das escolas, de alguns serviços sociais e da SATA, ideal para a redução de custos, porque também se pode reduzir na questão das empresas públicas. Parece que com isso se vai contendo despesas, quando se acaba por prestar um mau serviço às populações.

Ainda hoje o Sr. presidente do Conselho de ilha fez referência à política feita em cima do joelho. Pode ser uma expressão forte, mas é a realidade. Não cabe na cabeça de ninguém que, decisões importantíssimas para o desenvolvimento desta ilha e dos Açores, não possuam estudos técnicos. Refiro-me aos transportes marítimos de mercadorias, ao cais de cruzeiros e à concentração da SATA.

Finalizando esta minha intervenção, gostaria de deixar o alerta para o que parece e não é. Não podemos continuar na onda, pensando que é o maior Plano de sempre, porque cada vez se concretiza menos. Para aqui vem uma pequena parte dos investimentos, enquanto o resto se vai desviando para a tal empresarialização da vida pública sem fiscalização.

Este modelo tem por base a concentração e a aparência sem fundamentação, dando a ideia que com isso se promove o desenvolvimento da Terceira.»

O Sr. Conselheiro José Pimentel Dias: «Enquanto representante de uma central sindical, gostaria de deixar à reflexão dos Srs. conselheiros, qual será o impacto do PEC 3 no Plano da região para 2011, visto não ser conhecido aquando da elaboração do referido Plano. Provavelmente, as verbas aqui previstas a nível de ilha e da região serão outras, desconhecendo-se o montante dos cortes que poderão ser aplicados aos Açores. Muito do que aqui está previsto, poderá não se executar em função da redução de verbas.

Vou concentrar-me agora na área do trabalho e do emprego, deixando mais algumas notas para reflexão que me preocupam enquanto representante sindical. Registou-se um ligeiro crescimento da população nas ilhas de S. Miguel e Terceira, sendo que nesta ilha, o crescimento é muito reduzido. Seria importante possuímos estudos demográficos para percebermos melhor o crescimento populacional na nossa ilha e o seu impacto na actividade económica.

Outra questão que nos preocupa é o mercado de emprego. Olhando para a proposta de antepiano, verificamos que a taxa de desemprego na região atingiu os 6,7% em 2009, quando, em 2003, se situava nos 2,9% e não percebemos qual a taxa de desemprego na ilha Terceira. Assim, torna-se difícil a aplicação de políticas adequadas para atenuar esta situação.

Também desconhecemos a população activa empregada por profissão na ilha Terceira, visto que os quadros apenas nos mostram a realidade regional.

Estamos também muito preocupados com a percentagem bastante significativa de trabalhadores contratados a termo certo, apenas conhecendo os números a nível regional que nos indicam que, em 2009 eram 13,3%. Que políticas poderemos implementar para acabar com estes contratos a termo, desconhecendo totalmente os números referentes à nossa ilha?

No tocante ao emprego e qualificação profissional, o que está previsto neste Plano é muito genérico, vago e abstracto, não se sabendo como esta realidade será assegurada. Há aqui um conjunto de princípios que, em nosso entender, não se concretizarão. Assim, é-nos difícil, enquanto central sindical, expressar a nossa opinião por se tratar apenas de generalidades e abstracções.

Pela minha experiência e pelo que se vê, apesar do anunciado e de se defender um princípio geral, parece-nos também que este Plano quase não contempla verbas para a qualificação dos quadros da administração pública, remetendo essa situação para a área do trabalho. Seria importante que o Plano enunciasse o que pretende fazer para qualificar os trabalhadores do sector público e privado.

No Ponto 2.1.1 – Formação Profissional, são referidas “...acções de formação para activos (trabalhadores, funcionários públicos, desempregados e formação profissional inicial).” É evidente que do ponto de vista genérico tem que se concordar com isto. Não sabemos como é que isto se desdobra e no que se concretiza.

Não esqueçamos que recentemente saiu uma orientação do governo regional a restringir fortemente a formação profissional aos trabalhadores da administração pública. Se, por um lado, aqui se aposta de forma genérica na qualificação profissional dos trabalhadores, por outro, há uma orientação que nos diz que os mesmos só podem ter uma acção de formação de dois em dois anos na região. Afinal, aposta-se na formação profissional dos trabalhadores, ou não? Parece-nos que não. Essa formação profissional poderá aplicar-se a um trabalhador de dois em dois anos, enquanto um outro, em função do sector de actividade, poderá necessitar de duas vezes por ano.

Toda a formação profissional, independentemente do sector, está aqui prevista na área do emprego e formação profissional e não na área da modernização administrativa.»

O Sr. conselheiro Guilherme Melo: «Não tive muito tempo para estudar o documento mas fui tirando alguns apontamentos que gostaria de deixar à consideração do Conselho.

O documento apresentado contém uma análise da situação económica e social da Região, embora nele nada conste sobre as medidas de contenção da despesa pública recentemente anunciadas pelo Governo da República e que irão repercutir-se nos Açores, tendo-se sabido hoje de manhã que não há perspectivas da manutenção das transferências do orçamento de Estado para a Região Autónoma dos Açores, tal como consta na Lei de Finanças Regionais.

O Plano contém as principais prioridades de ordem geral e as linhas de orientação estratégica das políticas sectoriais a prosseguir no período 2011, a programação desdobrada por programa, projecto e acção e os valores da despesa de investimento associada, mas alguns deles não contêm a desagregação das verbas por ilhas, não

permitindo apurar-se se estão consagrados determinados investimentos importantes para a Terceira.

Já constam vários projectos dos Planos anteriores e não se dispõe de informação relativa à execução em curso, o que também não permite uma análise cabal do Plano, na medida em que se desconhece quando foi iniciado, o que se já foi executado e o que falta concluir, dando-se como exemplo: o Hospital da Boa Nova, o Parque Tecnológico, o Terminal de Cargas da Aerogare Civil das Lajes, a Requalificação do Bairro da Terra-Chã, o Cais de Cruzeiros em Angra do Heroísmo, etc.

Apontamos ainda outras preocupações:

No que se refere à geotermia, parece que estamos numa situação de impasse, tendo em conta que os resultados obtidos não têm sido os esperados, podendo comprometer a aposta no sector, na ilha Terceira. É tempo de se ponderar e decidir, orientando o nosso esforço financeiro para outras fontes alternativas.

No que aos transportes aéreos diz respeito, o Plano é omissivo sobre a anunciada redução de tarifas aéreas, o que poderá contribuir decisivamente para a dinamização do turismo e revitalizar fortemente o parque hoteleiro da ilha Terceira.

No tocante ao projecto de combate às térmitas, o valor previsto de 495 mil euros parece-nos bastante reduzido, tendo em conta o grande número de moradias que padecem deste problema. É também necessário simplificar os procedimentos e facilitar o acesso aos apoios financeiros.

O Cais de Cruzeiros aparece com uma dotação de 990 mil euros. No entanto, ainda não foi apresentado o estudo técnico defendido por este Conselho e anunciado pelo Secretário da Tutela. Tal empreendimento é importante para o concelho de Angra, sendo preciso agilizar o processo para que não se demore vários anos a discutir sem executar.

Numa época em que se pede contenção das despesas, parece-nos um mau exemplo do Governo Regional, a inscrição de projectos de obras de beneficiação em 4 palácios: da Conceição e Capitães Gerais no valor de 495 mil cada um e no Palácio de Santa e Paços da Junta Geral no valor de 990 mil euros cada, o que perfaz um total de 2.970.000 euros (dois milhões novecentos e setenta mil euros), quase três milhões de euros.

Ainda no campo da contenção de despesas, parece-nos exorbitante a verba de 21.458.250 (vinte e um milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil e duzentos e cinquenta euros) para *“campanhas publicitárias com entidades desportivas para desenvolvimento de planos de acção que concorrem para o incremento da visibilidade dos Açores no mercado nacional, a celebração de um contrato-programa com uma entidade responsável pela promoção turística nos mercados externos, celebração de um Protocolo com o Turismo de Portugal com vista a incrementar a promoção externa levada a cabo pelos operadores turísticos em mercados prioritários, inserções publicitárias em meios considerados importantes para a divulgação do destino Açores, desenvolvimento de campanha multinacional de grande espectro para o aumento da notoriedade do destino Açores nos mercados prioritários.”* (In pág. 87 da anteposta).

Desconhecendo-se os valores adstritos a cada uma destas acções, não nos é permitido avaliar melhor o impacto destas acções, podendo no entanto, referir que esta acção corresponde a 4,21% do Plano equivalendo a 87,45€ de cada açoriano.

Por último, queremos vincar o nosso descontentamento para o Anexo que se pretende construir para a ampliação da EBI de Angra do Heroísmo no valor de 1.633.500 euros (um milhão seiscientos e trinta e três mil e quinhentos euros), pretendendo-se a transferência dos alunos das Escolas da Conceição (actualmente com 103 alunos), do Alto das Covas (com 319 alunos) e conseqüentemente o encerramento de ambas.

A EBI ficará assim com mais de 600 alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos que são atirados para uma super escola com um número de auxiliares bastante reduzido e onde imperam problemas relativos à organização e utilização de espaços, aos conflitos individuais e de grupos levando até a violência.

Parece-nos que tal projecto, em vez de contribuir para o sucesso escolar, terá efeito contrário, podendo causar problemas por vezes irreparáveis, às nossas crianças.»

O Sr. conselheiro Rui Castro: «A minha intervenção baseia-se sobretudo no que tenho ouvido na apreciação aos diversos Planos desde que tenho assento neste Conselho.

Desde o primeiro ano que não concordo com o consecutivo traçado de um cenário negro por parte do Sr. Clélio Meneses nas suas intervenções, quando ele diz que tudo parece e nada é. Sempre o ouvi a criticar as obras do novo hospital de Angra e que não se concretizariam o Laboratório de Veterinária, o Parque de Exposições da ilha Terceira, a via Vitorino Nemésio ou a Biblioteca Pública de Angra. Estas obras foram inscritas nos Planos aos quais tive acesso e hoje são uma realidade. No entanto, é natural que nem tudo se resolva no mesmo ano ou ao mesmo tempo, como se desejaria.

Além destas, existem outras obras que foram inscritas nos diversos Planos: as novas escolas, urbanizações habitacionais, quartéis de bombeiros entre outras, algumas delas com alguns atrasos, mas todas têm sido cumpridas, contribuindo para o desenvolvimento da ilha Terceira. Estando contempladas verbas para a conclusão de umas e arranque de outras, é meio caminho andado para que sejam uma realidade.»

O Sr. conselheiro Vítor Silva: «Por ser muito genérico, este Plano tem merecido críticas por parte da maioria dos Srs. conselheiros. Do ponto de vista sindical torna-se difícil a apresentação de propostas respeitantes à área do emprego e qualificação profissional, devido à forma como ele é apresentado.

Em relação à qualificação da administração pública regional, pela sua influência no sector privado, parecem-nos preocupantes as acções de formação de dois em dois anos. Se, por norma, o que se faz na administração pública, se aplica ao sector privado, de quantos em quantos anos se farão acções de formação nesse sector? Se se começa por cortar num dos pontos de referência do Plano 2009/2012, a qualificação dos nossos trabalhadores, examinando com algum cuidado, teríamos muitas mais preocupações em relação ao resto.

Um Plano serve como orientação, mas temos que verificar os níveis de execução. Não vale a pena incluir um hospital em dez ou vinte Planos, para depois não se concretizar na prática. É muito difícil para os parceiros sociais. Nós, na CGTP, temos muita dificuldade em elaborar um Parecer por desconhecermos o cumprimento dos objectivos do Plano anterior e de outros ao longo dos tempos.

Não é feita qualquer referência à política salarial para 2011 nem à recente evolução das políticas salariais e da repartição do rendimento na região. Também veríamos com bons olhos o acompanhamento do quadro de ajudas da União Europeia em colaboração com o governo da república porque já vamos praticamente a meio e o nível de execução ainda se

mantém extremamente baixo. Felizmente é menos negativo na região do que no resto do país, mas muito mais se poderia fazer nessa matéria, contribuindo para que alguns agentes económicos ou instituições tentassem potenciar e agilizar este processo trazendo mais benefícios, porque às vezes tenta-se pintar o cenário de cor-de-rosa quando ele se apresenta bastante cinzento.»

O Sr. conselheiro Paulo Ferreira: «Na Associação Agrícola não tivemos acesso ao Plano porque ele não chegou lá e a convocatória apenas chegou quinta ou sexta-feira, mas o Sr. Conselheiro Berto Messias fez-nos um resumo.»

O Sr. Presidente da Mesa António Maio: «Só se a logística falhou porque no dia 30 de Setembro enviei o Plano a todos.»

O Sr. conselheiro Paulo Ferreira: «Após o que já se conversou sobre o que está previsto e já foi executado, todos temos consciência de que o país e a região vão atravessar momentos difíceis. Poderá ser uma aberração falar-se da construção de um cais de cruzeiros em Angra porque só os estudos custarão uma fortuna.

Se queremos promover o turismo na ilha Terceira, não devíamos debruçar-nos sobre obras megalómanas que se vão prevendo e ficando no papel ano após ano. As mais importantes estão a ser executadas, nomeadamente a cadeia, o hospital, o parque de exposições, o laboratório, etc.

Penso que os nossos governantes e autarcas sabem que precisamos de comprar um daqueles autocarros descapotáveis porque, por sermos de cá, não damos pelas coisas. Ainda hoje passei na rua dos Canos Verdes onde, lá ao fundo, foram colocadas umas fitinhas para que as pessoas não se encostem muito às casas que estão quase a ruir.

Em tempos, disse que deveria ser criada legislação que evitasse a ocupação de terrenos agrícolas com a construção de novas casas, enquanto o centro da cidade vai despovoando em ruínas.

Passamos pelos celeiros onde quase todos os meses cai um bocado do tecto e a fábrica dos lacticínios a caminho da Ribeirinha é o que se vê. As matas dos Serviços Florestais da ilha Terceira estão uma vergonha parecendo uma floresta tropical onde abunda a “Fona de Porca”, silvas e cancelas partidas.

A estrada das veredas ainda não foi limpa este ano e as “Fonas de Porca” da altura das paredes largam sementes lá para dentro enquanto os agricultores são penalizados se não tiverem as propriedades nas devidas condições.

Se penetrarmos meia dúzia de metros nas ribeiras, verificamos que em certos lugares estão obstruídas de lado a lado com desinfetantes. Depois acontece o que aconteceu o ano passado na Aigualva e Quatro Ribeiras e deitamos as mãos à cabeça.

Falando novamente de turismo e face à situação económica do país, devemos começar a pensar mais no que cá temos, no que devemos melhorar e queremos mostrar a quem nos visita, porque não é só Portugal que se encontra na miséria. Os países do sul da Europa encontram-se em situação semelhante.

Muitas coisas que por cá vamos vendo ferem-nos a vista e vão-se deteriorando ano após ano. O hospital da Boa Nova qualquer dia também começa a cair. Devíamos repensar os Planos para a ilha Terceira.»

A Sra. conselheira Andreia Costa: «Quero expressar aqui a minha opinião sobre os investimentos previstos no concelho de Angra para o próximo ano.

Contrariamente a algum cepticismo, vemos com alguma satisfação, obras como o hospital, a biblioteca, o quartel de bombeiros e a urbanização da Terra Chã, todas já iniciadas com conclusão prevista para breve, além de outras muito significativas como a Creche e Jardim de Infância daquela freguesia e o Centro de Dia e ATL em Santa Bárbara, para não falar do Laboratório de Veterinária, um investimento de grande importância. Todas estas obras, estruturantes para o desenvolvimento do concelho, têm a sua conclusão prevista para o início do próximo ano.

É também com muito agrado que vejo a inclusão de verbas destinadas ao início da obra do hospital da Boa Nova e à segunda fase do Plano de Requalificação da Baía de Angra. A primeira é importante, não só pela requalificação de um elemento histórico e patrimonial, como também pela criação de um núcleo do museu de Angra do Heroísmo destinado ao património militar.

O Plano Integrado da Baía de Angra tem merecido prioridade por parte do governo e da autarquia e dá continuidade à requalificação da marginal com a criação de um passeio pedonal e ciclo via de acordo com o projecto concebido pela câmara municipal que agora fica a cargo do governo regional.

Para além destas obras directamente realizadas por empresas do governo, congratulo-me com as do novo estabelecimento prisional já em curso, que permitirão uma melhoria dos serviços do Estado no nosso concelho.

No ano passado, o Plano e Orçamento do governo contemplou uma verba de 200 mil euros destinada ao Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo com vista à promoção turística através de congressos. Por isso, penso que seria pertinente a emissão de um Parecer por parte deste Conselho para que essas verbas se mantivessem para o próximo ano.

Não aparecendo de forma específica, seria importante que se esclarecesse que, das verbas previstas para centros culturais, uma parte dessas verbas deve destinar-se ao Centro Cultural de Angra. É essencial que esta situação se clarifique, visto fazer apenas referência específica ao teatro Micaelense.»

O Sr. conselheiro Berto Messias: «Tudo isso resultou de uma proposta de alteração no parlamento no ano passado mas, em minha opinião, deve ficar consagrado no Parecer.»

A Sra. conselheira Andreia Costa: «Congratulo-me ainda com as verbas destinadas ao Centro Comunitário do Posto Santo, obra já iniciada que terá a devida participação do governo regional, criando melhores condições para os idosos e crianças da freguesia.

É também essencial, ao nível dos contratos ARAAL com a autarquia, a consignação de verbas a título geral, para o pavilhão desportivo daquela freguesia anexo à escola, uma infra-estrutura prioritária para o desenvolvimento desportivo do município.»

O Sr. Presidente da Mesa António Maio: «Todos referiram mais ou menos o cenário possível de fortes condicionantes na área financeira, podendo impor alguma limitação das transferências no âmbito da Lei de Finanças Públicas Regionais. Apenas possuo a mesma informação que qualquer conselheiro aqui presente, vinda a público na comunicação social, mas penso que qualquer observador atento concluirá que dificilmente as Finanças

regionais escaparão a um contexto de possíveis cortes drásticos ao nível do Orçamento de Estado.

O Sr. presidente do governo regional interveio hoje de manhã na comunicação social dizendo que está a fazer tudo ao seu alcance para evitar que tal aconteça. É um propósito louvável de um decisor político na defesa da sua Região, mas dificilmente acredito que as coisas fiquem exactamente assim.

Deixo aqui à apreciação de todos, se não acham que deveria emergir deste Conselho, alguma recomendação específica destinada aos decisores políticos, dando a conhecer o que entendemos prioritário para os interesses da ilha Terceira.

Foi também dito no passado fim-de-semana na comunicação social através de uma entrevista do Sr. vice-presidente do governo regional dos Açores, que deveria dar-se uma orientação diferente neste Plano face aos anteriores, no sentido de não se privilegiar tanto as infra-estruturas, devendo antes fomentar-se a competitividade da economia e do emprego.

Na promoção do crescimento sustentado da economia, estão previstos 78,4 milhões de euros, dos quais, 45,6 milhões se destinam à competitividade do sector agrícola e florestal. Para a área do turismo prevê-se uma verba de 10,5 milhões, sendo 7 milhões destinados à promoção do sector.

Na reunião do dia 27 de Setembro do Conselho de Concertação Estratégica do qual sou conselheiro, que contou com a presença do Sr. Presidente do Governo Regional, ainda antes de se conhecer o pacote de restrições, tive oportunidade de dizer que achava que esse eixo do fortalecimento da economia não deveria ser prejudicado porque, sem empresas não há emprego e sem economia não há empresas competitivas.

Precisamos de ampliar o nosso mercado, expandi-lo para fora da Região e colocar lá fora os nossos produtos de forma mais competitiva e para isso, este eixo parece-me fundamental.

Havendo restrições orçamentais que possam impedir a implementação concreta e efectiva deste Plano tal como está, deveríamos fazer uma chamada de atenção muito especial para este vector da sustentabilidade da economia.

Se os números que foram apresentados sobre o nível de execução do Plano forem efectivos, parecem-me extremamente baixos mas não tenho forma de confirmar essa situação.

Dos 158 milhões previstos para a ilha terceira em 2011, no documento não é referida a parte do Plano nem a outra, referente às empresas municipais, ao IAMA, etc.

Sendo o investimento público próximo de 800 milhões de euros, se o Plano Regional engloba à volta 500 milhões, sobram 300 milhões para outros organismos. Se está desagregado a nível de ilha, eu não vi, mas creio que não, o que dificulta uma apreciação sobre o nível de execução por Ilha (valores previsionais são globais e valores executados são apenas do Plano).»

O Sr. conselheiro Clélio Meneses: «Quando referi aquela taxa, tinha por base a desagregação especial de execução com o mesmo critério da desagregação espacial de investimento. Quando se diz que este é o maior para a Terceira, a base é a mesma.»

O Sr. Presidente da Mesa António Maio: «Faço a capitação Terceira/S. Miguel apenas para comparação. Em termos de previsão, a Terceira tem tido 20% do investimento global, enquanto à ilha de S. Miguel se aplicam 30%, tendo mais do dobro da população. Isso não quer dizer nada, porque depois na rubrica desagregada, irá a maior percentagem.

Gostaria que os Srs. conselheiros se pronunciassem sobre as vertentes mais importantes do ponto de vista estratégico para a consolidação da nossa Ilha relativamente à execução do Plano 2011, não perdendo de vista o que lá é dito pelo decisor político que o elaborou, no sentido de que houve uma preocupação de privilegiar o eixo da sustentabilidade da economia em detrimento das infra-estruturas.

O conselheiro Berto Messias referiu as infra-estruturas reprodutivas no sentido da sua auto-sustentabilidade futura e criação de emprego.»

O Sr. conselheiro Fernando Sieuve de Menezes: «Cerca de dois terços deste Plano contemplam as secretarias mais importantes para o crescimento e desenvolvimento dos Açores, como a Secretaria Regional da Educação, a Secretaria Regional da Economia, a Secretaria Regional das Florestas e a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Exceptuando esta última, as verbas destinadas a estas secretarias, rondam os 56% do Orçamento Regional.

Não existindo nos Açores grandes empresas como motores de desenvolvimento da região, penso que a Secretaria Regional da Economia tem funcionado com esse estímulo. Esta verba deveria ser corrigida no sentido de beneficiar a educação porque cada vez que falamos com empresários, todos eles referem o baixo nível de cultura geral e de conhecimentos técnico-profissionais dos trabalhadores.

Em relação ao que aqui foi dito pelo Dr. António Maio, devemos prevenir e pensar nas alternativas porque depois da casa se incendiar é que andamos à procura do extintor.

Há muito tempo que os conselheiros pedem o acesso à execução dos Planos. A ilha Terceira abrange 20%, S. Miguel 30 e o Faial 8% do Orçamento Regional. Ao comparar esta percentagem com os valores de execução dos últimos 3 anos, fico extremamente preocupado. Como membro deste concelho e estando aqui a defender a ilha Terceira, gostaria de saber, em termos comparativos, qual tem sido a execução na ilha de S. Miguel nestes últimos anos.

Devemos gastar dinheiro em algo que nos beneficie no futuro que, de acordo com as análises dos grandes economistas, se avizinha muito sombrio e complicado. Pior será, se não começarmos a trabalhar já.

Já se ouve falar da logística do Porto da Praia há muitos anos mas agora foi feito um estudo que deve apontar para alguns investimentos. Há muito tempo que refiro a necessidade de uma grua e rebocador porque, ninguém, ao largo do atlântico norte, percorrerá 400 milhas para se socorrer do Porto da Praia, sabendo da existência de apenas uma grua e um rebocador, correndo o risco de se encontrarem avariados sem que haja alternativas.

Devemos baixar os custos de exportação e importação para a Terceira e as outras ilhas. A zona de cargas da aerogare das Lajes é um desastre e nunca funcionou. Foi lá colocado um contentor para a exportação de flores com a garantia de funcionar à temperatura de 2 graus centígrados, mas após ter sido usado para outros fins no ano passado, estava a funcionar entre os 4 e os 6 graus, baixando a qualidade do produto que exportamos.

Há que investir na mobilidade das mercadorias e das pessoas apoiando a exportação e a produção local. Apesar do grande crescimento no sector hortofrutícola, continuamos a importar em grandes quantidades devido a alterações nos hábitos alimentares e consequente excesso de consumo.

Os apoios à exportação devem basear-se na redução dos custos de produção das empresas através dos transportes e apostas nas energias alternativas para baixar as importações de combustível.

Para terminar, deixo-vos aqui um valor que ainda hoje me assusta: cerca de 25% das importações hortofrutícolas equivalem a produtos para consumo fora de época. Há uma franja da população que ganha bem, porque consome produtos fora de época a preços bastante elevados.»

O Sr. Conselheiro José Pimentel Dias: «Se o que foi anunciado pelo governo da república for aprovado, teremos uma redução do emprego na área do sector público, que na ilha Terceira abrange um número significativo de trabalhadores, rondando os 25%.

Já consta em todos os documentos que, durante todo o ano de 2011 não poderá haver contratação de trabalhadores na administração central, regional e local, uma orientação extensiva a todas as empresas públicas regionais, locais e municipais. Os trabalhadores com contratos a termo não serão renovadas as suas situações contratuais.

Prevê-se a suspensão dos procedimentos concursais até Dezembro de 2011 para os trabalhadores que se encontram nessa situação. Isto não perfila nada de bom para os Açores nem para a ilha Terceira. Resta saber o que se vai fazer a esta gente. Há que encontrar respostas porque este cenário não existia aquando da elaboração desta anteposta. Este é um aspecto que nos preocupa fortemente.»

O Sr. Presidente da Mesa António Maio: «Teremos que passar à fase de elaboração do Parecer cuja metodologia é do vosso conhecimento para encontrarmos uma matriz comum na defesa dos interesses da nossa Ilha, respeitando a ideologia e posicionamento partidário de cada um.

Temos feito referência em Planos anteriores, à não quantificação do impacto em termos de emprego, macro economia do produto, ambiente, etc. Um Plano tem a ver com a quantificação de objectivos, uma falha já por nós apontada em 2007, 2008 e 2009.

Tem sido também recorrente o desconhecimento das execuções nos Planos anteriores, impedindo-nos de reflectir e opinar melhor sobre o que está previsto no Plano actual. Há aqui um volume de investimento significativo com impacto directo na ilha, merecendo a nossa reflexão sobre o seu contexto na região.

Se não for encontrada a matriz comum para a elaboração de um Parecer por unanimidade, serão votados os Pareceres que aparecerem. Como presidente, privilegiarei um documento único de consenso entre todos os conselheiros.»

O Sr. conselheiro Guilherme Melo: «Concordo praticamente com tudo o que o Sr. presidente apontou. Poderia ser um pouco perigoso deixar os cortes ao critério do governo, sendo mais viável, este Conselho decidir num curto espaço de tempo, alguns projectos que possam ser dispensáveis. De qualquer modo, aponte a questão dos palácios por onde se poderia avançar em termos de contenção.

Gostaria de vincar a posição do meu partido contra a grande concentração das escolas, a construção do anexo na escola e o encerramento das escolas do Alto das Covas e da Conceição. Gostaríamos que fosse elaborado um Parecer que reunisse as posições de todos e nele constasse a posição do PSD contra esse projecto.»

O Sr. presidente da Mesa António Maio: «O Parecer final pode conter essa ressalva, referindo a falta de unanimidade em relação ao anexo da escola. Vou ler o que foi publicado no Diário Insular pelo Sr. vice-presidente do governo e com o qual concordo: *“...assinalável a subida do investimento no aumento da competitividade da economia açoriana, bem como o reforço da coesão e o melhoramento das competências e qualificações dos recursos humanos. Maior atenção ao fortalecimento da economia e aos recursos humanos e desaceleração na construção de infra-estruturas. Diversificação na base económica regional, em especial, a economia do mar e apoio selectivo ao sector agrícola em termos de exportação com alguma ênfase às energias renováveis...”*.

Hoje discute-se muito a nível nacional, o problema do TGV e do novo aeroporto. Por um lado há os que dizem que reanima a economia, por outro os que dizem que não há recursos financeiros para lá chegar, devido a outras prioridades.

Achei interessante, um responsável político evidenciar uma maior atenção ao fortalecimento da economia e recursos humanos, desacelerando a construção de infra-estruturas. Estou de acordo com isso e acho que devemos mencioná-lo no Parecer final como ideia genérica.»

O Sr. conselheiro Clélio Meneses: «Concordo e tenho pena que a minha intervenção não tenha sido entendida por alguns conselheiros, quando tenho vindo a dizer exactamente isso ao longo dos anos, sendo acusado de ser contra o betão. É preciso perceber o que é produtivo com impacto directo na vida das pessoas, prioritário em relação ao resto.»

O Sr. conselheiro Berto Messias: «A posição de cada um aqui dentro é totalmente respeitável e toda a crítica é perfeitamente legítima mas é importante concretizá-la: se somos contra o betão, qual o investimento que deve aparecer ou desaparecer, o que não deve ser feito aqui para ser feito ali ou que infra-estrutura deve ou não ser substituída.»

A Sra. conselheira Carla Bretão: «Satisfazendo a curiosidade do Sr. Fernando Sieuve, as taxas de execução em S. Miguel são sempre superiores a 70%.»

O Sr. presidente da Mesa António Maio: «Prometo que numa futura reunião do Conselho, falaremos sobre isso. Poderíamos agendar uma temática relacionada com as execuções do Plano. A intervenção do Sr. conselheiro Berto Messias foi importante. Penso que as obras em curso já foram faladas anteriormente e têm que chegar ao fim.»

O Sr. conselheiro João Santos: «Gostaria que o Sr. Conselheiro Guilherme Melo um dia me explicasse esse conceito que inventaram, de “super escola”, tal vilão que vai provocar danos às nossas criancinhas.

Gostaria de esclarecer que a Sra. secretária regional da educação já hoje prestou declarações à comunicação social, referindo o lapso neste Plano, em que o investimento previsto para a EBI de Angra do Heroísmo não se destina à construção de um novo anexo com vista ao alojamento de alunos oriundos das escolas do Alto das Covas e da Conceição. Por lapso, o descritivo dos serviços administrativos está mal feito, mas já foi corrigido e um novo será submetido à ALR referindo-se à construção de laboratórios e de infra-estruturas de apoio às actuais instalações da escola. Não está directamente ligado ao encerramento

de nenhuma das escolas referidas nem à transferência de alunos de umas escolas para as outras. Os montantes estão correctos e apenas o descritivo será corrigido na próxima versão.»

Após um intervalo de cerca de 20 minutos, o Sr. presidente da Mesa leu o rascunho da redacção da proposta de Parecer colocando-o à apreciação e correcção por parte dos Srs. conselheiros.

O Sr. Conselheiro Guilherme Melo: «Deveria mencionar-se de forma mais explícita em jeito de desafio ao governo regional para que em 2011 fossem executados todos os projectos incluídos no Plano e assim contrariar a fraca execução de Planos anteriores.»

O Sr. Conselheiro Carlos Valadão: «Deve mencionar-se no Parecer, que o desconhecimento dos números dos Planos anteriores limita a apreciação positiva.»

O Sr. Presidente da Mesa António Maio: «Esta é a minha última reunião como presidente da Mesa do Conselho de Ilha neste mandato. Ao longo destes quatro anos, agendámos tudo o que tinha interesse para a ilha Terceira e esta é uma matéria importante, porque uma coisa são as intenções de investimento e, outra o que se fez na prática. Quanto a mim, ficaríamos por esta recomendação, devendo agendar-se uma reunião específica para tratar desse assunto.»

O Sr. Conselheiro Carlos Valadão: «Tem-se pedido os valores de execução em anos anteriores. Faça-se a proposta e agende-se uma reunião sobre essa matéria porque fiquei apreensivo com esses números, que desconhecia. Não sei se são verdadeiros, se têm fundamento ou falta de enquadramento.»

O Sr. Conselheiro Berto Messias: «Os valores referentes à execução anual do Plano nos Açores estão semestralmente disponibilizados no site da DREPA, se não estou em erro. Tudo depende da leitura que se faz desses números; por exemplo: uma obra constante de um Plano, não pode estar executada porque está a decorrer, terminando no ano seguinte. A questão é pública porque a lei obriga à divulgação desses números.»

O Sr. Conselheiro Paulo Ferreira: «Concordo com o que referiu porque, 57% de 150 milhões são superiores a 60% de 100 milhões. Pode dizer-se que a percentagem baixou mas o investimento subiu. É preciso muita cautela porque os números suscitam várias leituras.»

A Sra. Conselheira Andreia Costa: «É preciso não esquecer que muitas das obras que aqui foram referenciadas no Plano para 2011 foram iniciadas em 2010. No primeiro ano de execução é sempre mais difícil fazer-se uma avaliação correcta das taxas de execução para esse ano, enquanto no segundo ano tudo se torna mais fácil.

No que diz respeito ao Parque de Exposições, também é muito mais fácil perceber-se a execução para 2011 do que a que se estimaria para 2010, o mesmo se passando com o Laboratório Regional de Engenharia Civil e com a Biblioteca Pública.

Estamos a falar de investimentos de grande dimensão, cujo primeiro ano de execução é 2010, o que dificulta a estimativa relativa a esse ano. Qualquer uma destas obras decorre a bom ritmo de execução.

É muito importante fazermos a avaliação da execução financeira, conjugando uma série de factores: o ano em que a obra teve início e o seu nível de execução física.

O que o Sr. Paulo Ferreira disse, parece-me determinante; só no início de 2011, poderemos comparar o ano 2010 e a sua relação com 2009.»

Após as várias sugestões de redacção, o Parecer sobre a **Anteposta do Plano Regional Anual para 2011, foi aprovado com 13 votos a favor e uma abstenção.** (*)

Esse mesmo Parecer será devidamente redigido e anexado à presente acta.

O Sr. presidente da Mesa António Maio anunciou que a próxima reunião teria efeitos electivos e ficaria agendada para o mês de Janeiro de 2011. Lembrou que a sua presidência durava há quatro anos consecutivos quando o regimento recomenda apenas um, vendo com bons olhos, uma alternativa à renovação da actual Mesa com novas ideias e novas iniciativas.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente da Mesa agradeceu a todos os Srs. conselheiros e deu por encerrada a reunião do Conselho de Ilha da Terceira às 18H00, da qual se lavrou a presente acta.

Angra do Heroísmo, 11 de Outubro de 2010.

O presidente da Mesa,

O primeiro secretário,

(*) – Estes valores devem ser confirmados.